

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a) o texto completo desta Tese será disponibilizado somente a partir de 27/09/2023.

**UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FAAC – FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

PEDRO LUIS BUENO BERTI

**ENTRE REPRESENTANTES E REPRESENTADOS: A REFORMA DA PRE-
VIDÊNCIA EM DEBATE NO CONGRESSO E NA INTERNET**

**BAURU
2023**

PEDRO LUIS BUENO BERTI

ENTRE REPRESENTANTES E REPRESENTADOS: A REFORMA DA PRE-VIDÊNCIA EM DEBATE NO CONGRESSO E NA INTERNET

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Doutor em Comunicação sob a orientação da Prof. Dr^a. Maria Teresa Miceli Kerbauy.

BAURU
2023

BERTI, Pedro Luis Bueno.

Entre representantes e representados: a reforma da previdência em debate no congresso e na internet/ Pedro Luis Bueno Berti, 2023

130 f. : il.

Orientador: Maria Teresa Kerbauy

Tese (Doutorado)-Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2023

1. Representação política. 2. Deliberação legislativa. 3. Conversação online.

PEDRO LUIS BUENO BERTI

ENTRE REPRESENTANTES E REPRESENTADOS: A REFORMA DA PRE-VIDÊNCIA EM DEBATE NO CONGRESSO E NA INTERNET

Área de Concentração: Comunicação Midiática

Linha de Pesquisa: Gestão e Políticas da Informação e da Comunicação Midiática

Banca Examinadora:

Presidente/Orientador: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – FAAC

Prof. Dr. Danilo Rothberg
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC – Bauru

Profa. Dra. Roseane Andrelo
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC – Bauru

Profa. Dra. Vanessa Veiga de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG

Profa. Dra. Gleidylucy Oliveira da Silva
Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar

Suplentes:

Profa. Dra. Simone Diniz
Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar

Prof. Dr. Pablo Emanuel Romero Almada
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UNESP/ Campus de Araraquara

Profa. Dra. Caroline Kraus Luvizotto
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC – Bauru

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE PEDRO LUIS BUENO BERTI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 27 dias do mês de março do ano de 2023, às 14:00 horas, no(a) via sistemas de videoconferência e outras ferramentas para comunicação a distância, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de PEDRO LUIS BUENO BERTI, intitulada **Entre Representantes e Representados: a Reforma da Previdência em debate no Congresso e na Internet**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professora Doutora MARIA TERESA MICELI KERBAUY (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Sociais / Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Professor Associado DANILO ROTHBERG (Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação de Bauru, Professora Assistente Doutora ROSEANE ANDRELO (Participação Presencial) do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Universidade Estadual Paulista, Professora Adjunta VANESSA VEIGA DE OLIVEIRA (Participação Virtual) do(a) Comunicação Social / Universidade Federal de Minas Gerais, Professor Adjunto GLEIDYLUCY OLIVEIRA DA SILVA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Sociais / Universidade Federal de São Carlos. Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Professora Doutora MARIA TERESA MICELI KERBAUY

À memória de minha mãe.

*Quando estavas ao meu lado, mãe, eras alívio ao meu padecimento. Meu
gemido ia ao teu coração; e por não te ver sofrer, eu sofria menos.*

Vi-te pela última vez.

*A terra abriu-se para roubar-te aos meus braços. Se não me tivessem
arrancado!... Eu dormiria em teu seio o último sono como dormi o primeiro,*

feliz e tranquilo.

José de Alencar, Alfarrábios

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao corpo docente e administrativo da FAAC/Unesp; à minha orientadora professora Maria Teresa Kerbauy pelo incentivo e conhecimentos compartilhados, além da generosidade por ter me dado a oportunidade de ingressar no programa de doutorado; ao professor Danilo Rothberg que me acompanhou desde o início da minha formação acadêmica, sendo sempre um exemplo e inspiração; aos professores que aceitaram ser membros da banca de avaliação; e, por fim, à Capes pela concessão da bolsa de estudo.

RESUMO

O desenho institucional das democracias modernas tem sido objeto de constantes revisões teóricas que buscam conciliar o sistema representativo a um formato mais inclusivo de participação popular que explore as potencialidades da internet. As fronteiras que separam o modelo formal de representação política e o modelo informal de conversação pública têm sido flexibilizadas por meio da expansão de redes sociais que facilitam o acesso quase instantâneo dos cidadãos às discussões realizadas nos parlamentos. Esta pesquisa tem por objetivo geral investigar comparativamente as características das discussões entre parlamentares realizadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e as características das discussões feitas por internautas nas páginas oficiais das duas instituições no Facebook a respeito da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 6/2019 que prevê a reforma da Previdência. Utilizando como metodologia principal a análise de conteúdo, os dados serão classificados em planilhas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Índice de Qualidade do Discurso (IQD) e posteriormente processados em interface gráfica por meio dos softwares Atlas TI, que permitem mapear a construção de sentido das várias linhas discursivas dentro de um debate a partir da relação semântica entre as palavras e expressões empregadas na conversação. Esta tese teve como premissa duas hipóteses de pesquisa: a primeira relacionada a uma congruência argumentativa entre as esferas formais e informais de deliberação, e a segunda referente a uma incongruência quanto à qualidade dessa deliberação. De acordo com os resultados as duas hipóteses foram confirmadas. Os pronunciamentos parlamentares atingiram melhor pontuação no índice com relação ao tratamento entre os participantes e refinamento dos argumentos, porém, convergiram com os comentários dos internautas em termos de estratégias discursivas.

Palavras-chave: representação política; deliberação legislativa; conversação online.

ABSTRACT

The institutional design of modern democracies has been the subject of constant theoretical revisions that seek to reconcile the representative system with a more inclusive format of popular participation that explores the potentialities of the internet. The boundaries that separate the formal model of political representation and the informal model of public conversation have been flexibilized through the expansion of social networks that facilitate citizens' almost instant access to discussions held in parliaments. This research aims to investigate, in a comparative manner, the characteristics of discussions among parliamentarians held in the Chamber of Deputies and the Federal Senate, and the characteristics of discussions made by Internet users on the official Facebook pages of the two institutions regarding PEC (Proposal for a Constitutional Amendment) 6/2019, which provides for the reform of the Social Security system. Using content analysis as the main methodology, data will be classified in spreadsheets according to the parameters established by the Discourse Quality Index (DQI) and subsequently processed through graphical interfaces by means of the Atlas TI software, which allows mapping the construction of meaning of the various discursive lines within a debate from the semantic relationship between the words and expressions used in the conversation. This thesis was based on two research hypotheses: the first related to an argumentative congruence between formal and informal spheres of deliberation, and the second related to an incongruence regarding the quality of this deliberation. According to the results, both hypotheses were confirmed. Parliamentary speeches achieved a better score on the index regarding the treatment between participants and refinement of arguments, but converged with the comments of Internet users in terms of discursive strategies.

Keywords: Political representation; legislative deliberation; online conversation.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	5
LISTA DE FIGURAS.....	6
LISTA DE GRÁFICOS.....	7
Introdução.....	13
Capítulo 1 A deliberação política.....	22
1.1 Da participação à crise.....	28
1.2 Argumentação, narrativa e retórica.....	32
1.3 Índice de Qualidade do Discurso.....	34
1.4 A teoria da escolha pública.....	44
Capítulo 2 A deliberação online.....	47
2.2 A reforma da Previdência.....	50
Capítulo 3 Procedimentos metodológicos.....	53
Capítulo 4. Análise e discussão dos resultados.....	58
Conclusão.....	105
Referências.....	114
Apêndice.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Atribuição de valores para cada opção de codificação dos discursos...	64
Quadro 2. Total de pontos alcançados pelos discursos parlamentares agrupados em cada categoria de análise.....	65
Quadro 3. Total de pontos alcançados pelos comentários dos internautas agrupados em cada categoria de análise.....	66
Quadro 4. Correspondência entre os significados discursivos e as funções ideológicas presentes na prática política.....	79

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de palavras dos discursos parlamentares na categoria “apelo da justificação”.....	68
Figura 2. Mapa de palavras dos comentários dos internautas na categoria “apelo da justificação”.....	69
Figura 3. Mapa de palavras dos discursos parlamentares na categoria “conteúdo da justificação”.....	74
Figura 4. Mapa de palavras dos comentários de internautas na categoria “conteúdo da justificação”.....	75
Figura 5. Diagrama de Sankey entre as categorias “nível da justificação” e “conteúdo da justificação” de acordo com a média de ocorrência nos discursos parlamentares.....	76
Figura 6. Diagrama de Sankey entre as categorias “nível da justificação” e “conteúdo da justificação” de acordo com a média de ocorrência nos comentários dos internautas.....	76
Figura 7. Trechos de discursos parlamentares segundo a estratégia da legitimação.....	84
Figura 8. Trechos de discursos de internautas segundo a estratégia da legitimação.....	87
Figura 9. Conjunto lexical presente nos discursos de deputados e internautas segundo a estratégia da legitimidade.....	88
Figura 10. Árvore semântica dos três principais tipos de discursos utilizados por deputados.....	92
Figura 11. Árvore semântica dos três principais tipos de discursos utilizados por internautas.....	94
Figura 12. Conjunto lexical presente nos discursos de deputados e internautas na categoria interdiscursividade.....	96
Figura 13. Trechos de discursos parlamentares que utilizaram a estratégia da vilanização.....	100
Figura 14. Trechos de comentários de internautas que utilizaram a estratégia da vilanização contra políticos.....	102
Figura 15. Conjunto lexical presente nos discursos de deputados e internautas na categoria fragmentação.....	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Soma de consenso (eixo y) por nível de justificação (eixo x) entre os discursos parlamentares.....	70
Gráfico 2. Soma de “redarguição” (eixo y) por “nível de justificação” (eixo x) comentários dos internautas.....	72

INTRODUÇÃO

Dentro do cenário político representativo em que certos agentes políticos tomam as decisões em nome do conjunto dos cidadãos, a abertura política à deliberação dos indivíduos em ambientes online possibilita a diversificação de perspectivas e pode servir como um catalisador para a revitalização da prática cívica de uma sociedade, permitindo que os representados exerçam uma influência maior e mais frequente sobre os seus representantes. Nesse ponto, a internet e as redes sociais podem impulsionar as demandas populares e estreitar o relacionamento com o poder público.

Abordagens empíricas que investiguem a qualidade da deliberação produzida nas esferas institucionais e digitais tendem a ajudar no desenvolvimento teórico e metodológico das pesquisas em comunicação, ao transformar os pressupostos normativos em hipóteses testáveis e posteriormente em procedimentos metodológicos, identificando progressivamente um conjunto de condições necessárias para qualificar as discussões conforme critérios apropriados aos princípios democráticos.

A compreensão da maneira como ocorre o debate político formal e informal, analisando aspectos referentes à profundidade da conversação e ao conteúdo da argumentação, pode fornecer dados científicos que possibilitem a construção de indicadores mais precisos a respeito da estrutura das discussões públicas e de sua dinâmica subjacente, que terminam por impulsionar a troca de informações e experiências entre os participantes em suas atividades deliberativas.

A literatura sobre deliberação pública parte de uma perspectiva teórica que enfatiza o aspecto da legitimidade das decisões tomadas por governantes como critério para verificar a qualidade da representação em um sistema democrático. Dentro desse quadro analítico, uma decisão política teria maior legitimidade quanto mais fundamentada ela estivesse em processos de conversação pública em que os indivíduos pudessem articular

esforços e organizar ideias em torno de interesses políticos comuns a fim de produzir soluções práticas e objetivas para problemas e demandas sociais.

Essa concepção deliberativa da democracia leva em consideração não apenas os aspectos normativos e institucionais presentes nas discussões públicas, mas busca abarcar também a atividade cívica dos cidadãos em redes de sociabilidade que conferem dinâmica e organicidade ao conjunto político-social. De acordo com as análises de Friberg-Fernros, Schaffer e Holst (2020), e Elstub e Gagnon (2015), existiram quatro gerações teóricas dentro do pensamento deliberativo.

A primeira geração (COHEN, 1989; HABERMAS, 1995; RAWLS, 1995) consolidou a concepção de um ideal normativo que deveria orientar as conversações da esfera pública a fim de produzir racionalmente decisões consensuais a partir do confronto entre ideias antagônicas.

A segunda geração (MOUFFE, 1999; BOHMAN, 2000; DRYZEK, 2001) tentou lidar com as limitações a deliberação impostas por uma sociedade cada vez mais pluralista em que coexistem diferentes perspectivas de pensamento. A expectativa de um idealizado consenso deliberativo foi substituída pela noção de acordos provisórios ou compromissos circunstanciais cujo objetivo era não mais uma concordância geral, mas a experiência da participação e da troca de conhecimentos e informações relevantes.

A terceira geração (THOMPSON, 2008; ELSTUB, 2010) buscou sistematicamente estudar a deliberação de uma maneira empírica com o objetivo de entender como ela poderia ser institucionalizada na prática em ambientes formais de discussão como assembleias, parlamentos, ou mesmo dentro de pesquisas controladas e conduzidas no âmbito dos chamados minipúblicos.

Por fim, a quarta geração de estudos (SCHAFFER, 2015; CHAMBERS, 2017) retomou a ideia inicial da primeira geração ao defender a aplicação do ideal deliberativo

em esferas mais amplas do sistema democrático em vez de concentrar esforços em acordos pontuais dentro ambientes restritos de participação. Em alguns casos, ações não necessariamente deliberativas como manifestações ou protestos poderiam desempenhar uma função positiva para o sistema como um todo desde que promovesse ideias de inclusão pluralidade e ampla circulação de informações.

Ainda de acordo com Friberg-Fernros, Schaffer e Holst (2020, p.4, tradução nossa), estudos de terceira geração retomaram a ideia original da primeira geração a respeito do consenso, mas focaram suas análises em casos concretos de deliberação buscando

(...) operacionalizar um ideal habermasiano de democracia deliberativa, incluindo critérios deliberativos bem-sucedidos derivados de uma forte noção de consenso racional, a fim de avaliar empiricamente a qualidade da deliberação nos parlamentos e outros cenários do mundo real.

Com o advento da internet, das redes sociais e do aperfeiçoamento de portais destinados à deliberação pública os estudos da terceira e quarta geração passaram a acompanhar mais atentamente as formações discursivas surgidas em ambientes digitais de conversação, na espera de que as inovações trazidas pelas novas tecnologias promovessem um fortalecimento de redes comunitárias capazes de potencializar as práticas deliberativas, e conseqüentemente, aumentar a legitimidade das decisões políticas.

Diferentemente de um modelo político representativo em que as decisões são tomadas exclusivamente nas esferas administrativas do poder público (sentido *top-down*), a deliberação em ambientes digitais permite um formato de participação mais descentralizado, democrático e inclusivo (sentido *bottom-up*). Por isso, espera-se que quanto melhor for a qualidade da conversação mantida nesses ambientes maior será a possibilidade de que haja a formação de uma opinião pública efetivamente diversificada e atuante composta por cidadãos competentes e ativos capazes de se engajar nos processos de tomadas de decisões políticas.

Tamanha expectativa por um *improvement* nos modos tradicionais, mais centralizados, de deliberação se refletiu no aumento dos estudos sobre o tema. A questão da competência cívica em conversações online passou a ser objeto de constantes pesquisas na área, que buscaram por diferentes meios aferir a capacidade e os tipos de conduta necessários para uma troca de ideias qualificada.

No entanto, se por um lado a atenção acadêmica se deteve nas estruturas informais de conversação pública, por outro lado, as pesquisas a respeito da deliberação em esferas políticas, particularmente legislativas, tem se mostrado um campo pouco explorado pela literatura da área. No Brasil, são escassas as produções científicas que buscam avaliar em profundidade a qualidade do debate realizado em instituições formais de deliberação.

Os poucos estudos existentes ainda não consolidaram um ramo de pesquisas que possa se autorreferenciar a fim de desenvolver aportes teóricos, metodológicos e empíricos para o aprimoramento das investigações. As pesquisas realizadas sobre o tema tendem a limitar o objeto da investigação a aspectos de preferências partidárias em votações legislativas nominais (PAIVA, 2007; MIRANDA, 2009; MIGUEL, BIROLI, MARIANO, 2017; GONÇALVES, 2011).

Como ressaltamos anteriormente, esse dado contrasta com um campo de pesquisas já estabelecido na literatura que examina a qualidade da conversação de internautas em esferas virtuais e descentralizadas de deliberação. Nesse sentido, novos estudos devem ser empreendidos para avançar na compreensão do fenômeno deliberativo e esclarecer contradições aparentemente existentes entre espaços distintos de comunicação pública.

Considerando que a expressão política dos internautas brasileiros em ambientes digitais só se torna substantiva à medida que suas preferências e interesses encontrem

certa ressonância e possam ser incorporadas nas discussões realizadas em instituições representativas do país, sendo a mais proeminente delas, a Câmara dos Deputados, torna-se relevante investigar se existe uma correspondência de demandas entre as duas esferas de deliberação e de que forma elas são elaboradas e proferidas.

Deliberações políticas feitas em esferas públicas informais e em esferas representativas formais devem se orientar por padrões de qualidade argumentativa que favoreçam a *accountability* política, o bom uso de justificações, atitudes de respeito a ideias divergentes e formação de consenso.

Esta pesquisa teve por objetivo geral investigar comparativamente as características das discussões de parlamentares realizadas na Câmara dos Deputados e as características das discussões feitas por internautas nas páginas oficiais das duas instituições no Facebook a respeito da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 6/2019 que prevê a reforma da Previdência. Optou-se pela escolha do Facebook devido ao grande número de usuários que possui e à importância que tem em relação ao universo das redes sociais na internet. Os objetivos específicos foram:

- a) Verificar como a deliberação na Câmara dos Deputados e a conversação entre internautas na sua página oficial no Facebook satisfazem critérios considerados relevantes para a qualidade da discussão pública num sistema democrático.
- b) Examinar em que medida as razões argumentativas apresentadas por deputados e internautas podem se corresponder mutuamente dentro de uma lógica representativa e atender a critérios considerados relevantes para a qualidade da democracia.
- c) Comparar possíveis semelhanças e diferenças na exposição de argumentos, demonstração de respeito e existência de contra-argumentos nos debates entre parlamentares, de um lado, e internautas, de outro.

d) Indicar quais as ideias e interesses mais convergentes que aproximam parlamentares e internautas conforme os termos e expressões mais utilizados em suas conversações sobre a reforma da Previdência.

Utilizando como metodologia a análise de conteúdo (STEENBERGEN ET AL., 2012) e a Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001), os dados foram classificados em planilhas eletrônicas de acordo com as categorias adaptadas do Índice de Qualidade do Discurso (IQD) desenvolvido por Steenbergen et al. (2012) e Lord e Tamvaki (2012), e posteriormente processados em interfaces gráficas por meio do software Atlas TI, que permite mapear a construção de sentido e expressão das várias linhas discursivas a partir da relação semântica entre as palavras empregadas dentro de uma conversação pública.

O IQD possibilita estabelecer alguns parâmetros sobre a natureza do sistema político e legislativo de cada país, por exemplo, verificando se a deliberação tende a ser do tipo consensual ou competitivo e que tipo de ambiente facilita a produção de argumentações qualificadas, se são as esferas formais ou informais de deliberação.

Na primeira etapa da pesquisa, os comentários coletados nas páginas do Facebook e os discursos taquigrafados colhidos no portal da Câmara foram analisados e classificados em níveis valorativos quanto ao conteúdo da argumentação (justificação, conteúdo, uso de fontes, dados, legislação, direitos, opiniões etc.), à presença de respeito e contra-argumentos nas discussões, uso de recursos retóricos e narrativa, e à tentativa de produção de consenso político. Os resultados obtidos na classificação foram examinados pelo software Atlas TI.

Na segunda etapa da pesquisa, pronunciamentos parlamentares e comentários de internautas que atingiram relevância de acordo com o IQD foram analisados discursi-

vamente, de modo a compor uma amostra mais detalhada que evidenciou os principais elementos e especificidades dos argumentos.

Nossa investigação buscou compreender de que forma ocorre o debate político brasileiro durante o processo de votação de uma proposta de alteração legislativa de grande repercussão nacional, analisando aspectos referentes à profundidade da conversação e ao conteúdo da argumentação. A apreciação dessas diferentes dimensões deliberativas permitiu a esta pesquisa examinar em que medida as razões argumentativas apresentadas por deputados e internautas podem variar ou se corresponder mutuamente dentro de uma lógica representativa e de rede de modo a atender às exigências de critérios considerados relevantes para a qualidade da democracia.

A pesquisa possui duas hipóteses, a primeira relacionada a uma congruência argumentativa entre parlamentares e internautas, e a segunda referente a uma incongruência quanto à qualidade dos debates nas duas instâncias analisadas. A congruência se verificaria nas categorias argumentativas do IQD, relacionadas à exposição de ideias, valores e interesses, enquanto a incongruência se daria no valor total do IQD, em que predominam aspectos ligados ao compromisso político como a busca de consenso, respeito, decoro e reflexão de ideias.

Colaboram para sustentar a hipótese da congruência pesquisas (ZHANG, CAO e TRAN, 2013; ROWE, 2015; IANDOLI ET AL., 2018) que ressaltam certa tendência de os internautas postarem conteúdos mais propositivos quando o objeto em discussão é um tema político, serem mais diversificados ideologicamente, e levantarem questões uns aos outros como forma de esclarecer pontos de vista.

Já a hipótese da incongruência se apoia em estudos (SPÖRNDLI, 2003; MONNOYER–SMITH e WOJCIK, 2012; ROGER e SCHAAL, 2013) que destacam um efeito positivo do nível da qualidade argumentativa para a criação de consenso entre parla-

mentares durante o processo de votação legislativa, e uma frequência maior nas demonstrações de respeito durante os discursos, embora menos utilizadas como regra de conduta e mais como estratégia para reforçar a validade das proposições e buscar o consentimento de outros políticos. O foco na votação final do projeto com vistas à decisão política tende a reforçar uma maior tentativa de consenso dos parlamentares em relação aos debates na internet.

Os dados coletados para esta pesquisa são provenientes das notas taquigráficas transcritas a partir de cinco sessões parlamentares realizadas entre os dias 9 e 11 de julho de 2019 e de quatro publicações da página oficial da Câmara dos Deputados no Facebook referentes à reforma da Previdência.

No total, foram coletados e analisados 398 pronunciamentos parlamentares e 327 comentários que discutiam o projeto de emenda constitucional. Em linhas gerais, na primeira etapa da pesquisa, que aplicou o Índice de Qualidade do Discurso, os resultados apontaram que a maioria dos enunciados de políticos e internautas não obteve nenhuma pontuação pelo índice quanto à justificação de seus argumentos. A contagem total dos discursos produzidos em âmbito parlamentar alcançou 1514 pontos, a maior parte oriunda da categoria “conteúdo da justificação”. Já a contagem total dos comentários publicados por usuários no Facebook somou 817 pontos, a maior parte proveniente da categoria “redarguição”.

Ambas as esferas apresentaram pontos fortes e fracos: a deliberação política atingiu níveis mais altos de qualidade argumentativa, uso de artifícios retóricos e busca por consenso do que os internautas, que por sua vez apresentaram níveis mais altos de interação, troca de ideias propositivas e uso de narrativas como forma de expressar seus posicionamentos.

Na segunda etapa da pesquisa, os resultados indicaram que deputados e internautas utilizaram conteúdos similares em suas argumentações e compartilharam das mesmas estratégias para elaborar ideias e expressá-las em enunciados. Conforme Thompson (2011), isso tende a ocorrer porque as relações políticas existentes nos ambientes deliberativos normalmente delimitam certos esquemas de possibilidades da organização dos discursos fazendo com que os modos de expressão estejam tipicamente associados à finalidade que pretendem cumprir.

Esta tese de doutorado está estruturada da seguinte maneira: no primeiro capítulo revisou-se a literatura a respeito da deliberação política, analisando as principais concepções, características e contribuições ao sistema democrático, além de apresentar o Índice de Qualidade do Discurso (IQD) e sua aplicação em pesquisas parlamentares. O segundo capítulo aborda a compreensão teórica da digital da democracia, as potencialidades que ela apresenta, o aporte participativo observado em iniciativas governamentais e apontamentos teóricos provenientes de pesquisas empíricas sobre o tema.

O terceiro capítulo trata da teoria institucional dos regimes democráticos, a perspectiva da teoria da escolha pública nos debates legislativos e as proposições contidas no projeto de lei da reforma da Previdência. O quarto capítulo esclarece a metodologia utilizada em nossa pesquisa, seguido do quinto capítulo em que apresentamos os resultados do material analisado e as discussões sobre dados obtidos. Por fim, a conclusão encerra o trabalho fazendo considerações e apontamos sobre como esta tese pode contribuir para futuras pesquisas sobre o tema.

CONCLUSÃO

Os resultados apresentados nesta pesquisa tiveram por objetivo principal indicar a qualidade dos discursos coletados e analisados nas sessões legislativas sobre a reforma da Previdência e dos comentários publicados na respectiva discussão produzida por internautas na página oficial da Câmara dos Deputados no Facebook.

Esta tese teve como premissa duas hipóteses de pesquisa, conforme dito inicialmente: a primeira relacionada a uma congruência argumentativa entre as esferas formais e informais de deliberação, e a segunda referente a uma incongruência quanto à qualidade dessa deliberação.

A congruência se verificaria nas categorias mais argumentativas do IQD, relacionadas ao nível e conteúdo da justificação, às fontes e apelos discursivos apresentados nas discussões, enquanto a incongruência seria observada no valor total das categorias que compõem o IQD, em que predominam aspectos ligados ao compromisso político como a busca de consenso, respeito, decoro e reflexão de ideias.

Os discursos parlamentares atingiram melhor pontuação no índice, apresentando uma quantidade maior de enunciados que estabeleciam aspectos de cordialidade e respeito a posições antagônicas e que buscavam elaborar contrapontos para deles extrair elementos dos quais certa concordância pragmática fizesse avançar acordos estratégicos e pontuais sobre questões mais específicas como, por exemplo, a votação de destaques. Embora a discussão parlamentar tenha mostrado um desempenho melhor em termos de pontuação no IQD, deve-se ressaltar que a diferença não foi significativa e em alguns casos os indicadores chegaram a ser bem próximos.

Atualmente, pesquisas sobre a prática deliberativa (PARVIN, 2015; MARTÍ, 2017; WOJCIECHOWSKA, 2020) tendem a concordar que um consenso genuinamente amplo é, se não improvável, pelo menos pouco exequível. No entanto, são viáveis certos

acordos circunstanciais em que um nível de esclarecimento e compreensão pode ser alcançado por meio da conversação política.

Wojciechowska (2020) chama a atenção para a tensão existente entre o consenso e o pluralismo de ideias. O consenso deve ser buscado desde que não restrinja a capacidade deliberativa dos indivíduos ao ponto de limitar a pluralidade de pensamento. Em uma situação em que haja um consenso total os participantes não estão mais em posição de deliberar porque para isso teria que haver um mínimo de desacordo entre eles. Nesse caso, o autor considera que um consenso parcial, em que ambos os lados cedam em alguns pontos sem abandonar totalmente suas proposições, seja a alternativa mais profícua.

Do ponto de vista teórico, esses consensos parciais são aspectos relevantes para uma abordagem minimalista da concepção deliberativa (PARVIN, 2015), segundo a qual a busca por acordos isolados dentro de um conjunto mais amplo de questões políticas deveria se sobrepor a desacordos maiores motivados por impasses substantivos a respeito de princípios éticos e morais.

Embora respeito e consenso apareçam como categorias mais bem pontuadas no IQD parlamentar, houve mais casos de redarguição nos comentários dos internautas do que no debate entre políticos. Particularmente, observou-se uma maior quantidade de contra-argumentações propositivas, em que considerações conflitantes foram apreciadas de maneira positiva acompanhada por uma atitude de respeito para os indivíduos que expressavam suas opiniões e demandas.

De acordo com alguns princípios da democracia deliberativa (BÄCHTIGER, 2018), o diálogo propositivo entre os participantes de um debate é uma das condições normativas essenciais para melhorar a qualidade da conversação e aumentar a produção de consensos. Do ponto de vista político, o baixo número de ocorrências na categoria

“redarguição” observado nos discursos parlamentares pode ser explicado pela existência de mecanismos regimentais que regulam as intervenções dos deputados na tribuna, especialmente quanto ao tempo de fala e às normas internas de conduta.

Conforme destacam Landwehr e Holzinger (2010), essas normas colocam limites à espontaneidade da conversação e restringem a possibilidade de se iniciar um diálogo autêntico e fluído entre os membros do parlamento. Os discursos tendem a se suceder de maneira independente uns dos outros em um cenário em que cada político apresenta seus posicionamentos sem interagir com o discurso do orador anterior e sem, conseqüentemente, oferecer argumentos para endossá-lo ou refutá-lo.

Sobre o baixo índice de comentários do Facebook que pontuaram no IQD, esse resultado tende a reforçar a perspectiva de que o diálogo não estruturado dos ambientes digitais de deliberação não estimula nos internautas um comportamento deliberativo suficiente para que níveis mais altos de qualidade argumentativa sejam atingidos (DAVIES, CHANDLER, 2013).

Wilhelm (2000), por exemplo, conclui sua pesquisa respeito das discussões online observando que os resultados reforçam a ideia de que fóruns digitais apenas produzem comentários autoexpressivos e de caráter monológico, sem que haja uma efetiva ação comunicativa que busque uma forma dialética de incorporar antagonismos em um movimento conciliador de interesses.

Neste caso, a existência de uma estrutura formal de deliberação em que as discussões assumem maior seriedade em razão de as decisões afetarem diretamente a vida das pessoas, aliada a uma expertise do funcionamento interno do sistema político e uma crescente demanda de *accountability* por parte do eleitorado que representam, parece ser um motivo suficiente para impelir parte dos políticos a fundamentarem seus discursos com argumentos bem encadeados e persuasivos.

Os comentários dos internautas pareceram se perder na fluidez proporcionada pela dinâmica das redes sociais, em que as discussões podem ser encerradas ou continuadas a qualquer momento o que tende a subverter a lógica da simultaneidade existente nas conversações convencionais uma vez que um dos interlocutores pode não estar presente de modo online enquanto o outro responde aos seus argumentos.

Desse modo, as discussões no Facebook podem se enquadrar no tipo de conversação míope conforme o modelo proposto recentemente por Chung e Duggan (2020), enquanto os debates parlamentares seguiriam o perfil das discussões competitivas. Por meio de uma formalização analítica, os autores identificaram três tipos de discussões dentro de ambientes deliberativos: (a) discussão míope em que os argumentos são examinados e ponderados de maneira circular, sem finalidade; (b) discussão construtiva na qual os argumentos vão se reforçando dialeticamente até chegar a algum tipo de conclusão ou esclarecimento (c) discussão competitiva, em que cada participante emprega táticas retóricas para defender sua posição.

Os resultados também apontaram uma maior quantidade de apelos utilizados pelos parlamentares como instrumento retórico para reforçar a sua representatividade com os eleitores e marcar posição diante do pensamento antagônico de outros políticos. Para Dryzek (2010), a retórica se caracteriza pelo uso de metáforas, apresentação criativa de evidências, expressões sentimentais, uso de exagero linguístico etc.

Todo orador que emprega a retórica em seus discursos reconhece tanto a situação de fala quanto as características do público a quem está se dirigindo, de modo que “o retórico eficaz precisa de algum conhecimento das disposições particulares dessa audiência” (DRYZEK, 2010, P.220).

Seu uso pode ser desejável ou indesejável em um debate político, considerando que ela pode assumir as formas de *logos*, *ethos* e *páthos*, isto é, argumento, virtude do

orador e emoção. Do ponto de vista da concepção racional da deliberação, a justificação consiste em uma exposição coerente de argumentos lógicos, cuja validade provém de sua própria razoabilidade interna, o que limita o uso da retórica a sua forma argumentativa (*logos*).

Porém, sob a perspectiva da teoria da escolha racional (*public choice*), a justificação faz parte de uma dimensão mais abrangente da deliberação, o que implica reconhecer a retórica como uma prática comunicativa entre outras usada para indicar as preferências genuínas do orador ou a sua intenção de selecionar certos dados relevantes para a decisão do público. Nesse caso, ela admite as formas do *ethos* e do *páthos* (virtude e emoção do orador).

Segundo Motos (2020, p. 5), a “análise retórica permite contextualizar os discursos parlamentares dentro da dinâmica agonista em que são proferidos, que inclui usos estratégicos e emocionais, elementos não verbais e interação entre o orador e a audiência”. Atualmente, na maioria dos países democráticos, os debates parlamentares recebem ampla cobertura da imprensa junto de uma crescente interação institucional entre as casas legislativas e as redes sociais, de modo que os deputados estão cientes de que a sua imagem e as suas ações atingem um número maior de pessoas que vai além daqueles presentes nos locais de discussão.

Esse fator de exposição pública reforça a dinâmica agonista existente nos parlamentos, aumentando as ocasiões de disputa entre a base do governo e partidos da oposição ou dentro de coalizões partidárias sobre questões específicas. Nesse sentido, o uso da retórica tende a ser um elemento discursivo empregado tanto para convencer os outros legisladores quanto para justificar perante a opinião pública as decisões tomadas e os compromissos firmados eleitoralmente.

Quanto à segunda hipótese da pesquisa, referente à congruência dos discursos parlamentares e virtuais em seu nível argumentativo, os resultados apontaram que, embora fossem verificadas disparidades quantitativas conforme indicadas no IQD, qualitativamente houve uma correlação entre eles. Observou-se o aspecto da congruência quando pronunciamentos e comentários foram explorados sob a perspectiva da Análise de Discurso Crítica. Delimitados conforme a pontuação recebida no IQD, eles adquiriram certa equivalência qualitativa e correspondência dentro das categorias discursivas analisadas.

Na segunda etapa da pesquisa, encontrou-se então o gênero do discurso político como uma ligadura capaz de unir em uma tipicidade comum textos produzidos em ambientes deliberativos diferentes e, por vezes, antagônicos. Como salientou Fairclough (2001, p. 93), “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas”.

Do ponto de vista discursivo, deputados e internautas utilizaram conteúdos similares em suas argumentações e compartilharam das mesmas estratégias para elaborar ideias e expressá-las em enunciados. Isso porque as relações políticas existentes nos ambientes deliberativos, ainda que de maneira discreta e sutil, normalmente delimita certos esquemas de possibilidades da organização dos discursos fazendo com que os modos de expressão estejam tipicamente associados à finalidade que pretendem cumprir.

Como afirma Fairclough (2001, p. 91), todo discurso é um “modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. Com efeito, analisar os modos de formulação dos discursos implica conhecer algumas das maneiras de como o sentido pode ser mobilizado no mundo social para fins ideológicos e persuasivos.

Disso resulta a noção de que deputados e internautas, ainda que de maneira não totalmente consciente, compartilharam do *modus operandi* requerido pelo gênero do discurso político. O conceito de tridimensionalidade de Fairclough (2001), em que os textos apresentam as características acional, representacional e identificacional, foi observado em toda a argumentação feita por parlamentares e usuários do Facebook, bem como as suas respectivas estratégias ideológicas, a da legitimidade, da unificação e da fragmentação.

Sustentamos diante dos resultados obtidos pela Análise de Discurso Crítica a tese de que nas discussões sobre assuntos políticos possa existir uma estrutura deliberativa que circunscreve e molda a forma como os argumentos são apresentados e significados em torno dessas três categorias discursivas. Neste trabalho, constatou-se que os discursos foram construídos com o objetivo de demonstrar da forma mais legítima possível, apelando para critérios racionais, valorativos ou fontes externas, se o estado atual do sistema previdenciário era sustentável ou insustentável, bem ou mal administrado, e se as consequências dessa reforma seriam benéficas ou maléficas, quem seria afetado por ela, quem seria beneficiado etc.

Isso implicou estabelecer uma identidade ao projeto de lei, assim como a quem fosse favorável ou contrário a ele. Se as opiniões fossem divergentes, utilizava-se da estratégia da fragmentação para atribuir aos demais participantes ou ao próprio projeto de lei uma imagem negativa com a intenção de afastar um possível apoio às ideias contrárias. Associado a essa construção da identidade, políticos e internautas precisaram justificar a razão de adotarem determinado posicionamento, o que fez com que eles representassem a si mesmos sob certos aspectos individuais ou coletivos, ora adotando discursos de tipo jurídico ou moral, apelando para leis e princípios, ora exercendo seus papéis sociais como políticos e cidadãos. De todo modo, sobressaiu nos enunciados a

tentativa de dar o sentido mais abrangente possível a cada proposição, buscando unificar em um só corpus argumentativo as ideias dispersas no debate.

De um modo geral, se partirmos do princípio de que a deliberação exige uma cultura participativa arraigada e bem estabelecida entre os membros de uma sociedade, e que a criação dessa cultura deve anteceder a sua aplicação em situações concretas, a internet ainda se mostra uma experiência em aberto para certos níveis discursivos idealmente esperados segundo critérios rigorosos de qualidade.

Conforme salientam Coleman e Moss (2012), a deliberação deve ser pensada não como um valor natural e universalmente presente em todos os cidadãos e em todas as culturas, mas algo em permanente construção, uma potencialidade incompleta e contingente que desperta maior interesse em certa parcela da sociedade ou se torna incumbência política para alguns indivíduos.

Nesse segundo caso, a deliberação é vista não mais como uma opção, mas como uma necessidade a ser praticada. O nível discursivo do debate público deve ser orientado pelos locais onde a atividade deliberativa é requisitada e onde os indivíduos exercitam diariamente sua capacidade argumentativa. Assim, o parlamento deve servir de modelo e centro a partir do qual a conversação pública ganha capilaridade em diferentes ambientes sociais, tornando possível sua constante repetição e aprimoramento.

Contudo, esse modelo deve ser seguido dentro de uma proposta que considere que nem todos os critérios deliberativos considerados ideais podem ser cumpridos em uma única esfera pública ou instituição. Como observa Ryfe (2002), os vários ambientes de conversação possuem formas distintas de comunicação e apresentam certas virtudes deliberativas em algumas situações, mas não em outras. A deliberação está condicionada ao contexto, que por sua vez determina diferentes tipos de conversação que se mostram mais apropriadas para o fim que se pretenda alcançar.

Embora a função parlamentar em sistemas representativos seja o de propor, discutir e aprovar resoluções para problemas sociais e oferecer soluções para conflitos políticos, reconhecendo a dimensão agonista dessas disputas, eles podem não apresentar a competência necessária para estabelecer um diálogo construtivo fundamentado em torno de noções de participação e bem comum. Conforme apontaram os resultados desta pesquisa, o debate online obteve indicadores melhores do que o debate político nesse aspecto, o que pode indicar que as deliberações informais tendem a cumprir uma função importante nos sistemas democráticos, não substituindo, mas complementando as obrigações do parlamento, seja ao abordar as questões a partir de uma posição mais comunicativa, seja ao reivindicar direitos que os legisladores deveriam levar em consideração.

Como esta pesquisa mostrou, parlamento e internet tiveram suas potencialidades bem exploradas em diferentes aspectos deliberativos, mas subaproveitadas em outros. Houve um movimento de atração e repulsão envolvendo esses dois ambientes de deliberação, que ora se aproximavam em torno de certos níveis qualitativos, ora se dispersavam em torno de interesses e objetivos.

O material coletado neste trabalho, as análises que lhe foram aplicadas e os resultados obtidos podem servir de modelo para futuras pesquisas que busquem investigar as características do discurso político, seja ele constituído apenas por pronunciamentos de agentes públicos feitos em ambientes institucionais ou sob uma forma comparada com outros discursos proferidos em instâncias informais de conversação.

Considerando o atual cenário político existente nas democracias modernas e as relações de poder que foram mantidas, reajustadas ou transformadas, sustentamos a necessidade de que novos estudos sejam feitos com o objetivo de conhecer o que tem determinado o curso da ação política tomada pelos indivíduos, investigando não somente o

que eles sabem de determinada situação, mas também o que eles querem que os outros saibam ou que deixem de saber a respeito dela.

REFERÊNCIAS

AUSTEN-SMITH, David; FEDDERSEN, Timothy. **Deliberation and voting rules**. In: Social choice and strategic decisions. Springer, Berlin, Heidelberg, p. 269-316, 2005.

_____, André et al. (Ed.). **The Oxford handbook of deliberative democracy**. Oxford University Press, 2018.

BACHTIGER, André; STEENBERGEN, Marco R. **The real world of deliberation**. A comparative study of its favorable conditions in legislatures. 2004.

BÄCHTIGER, André; PARKINSON, John. **Mapping and measuring deliberation: Towards a new deliberative quality**. Oxford University Press, 2019.

BARNES, Marian. **Passionate participation: Emotional experiences and expressions in deliberative forums**. Critical social policy, v. 28, n. 4, p. 461-481, 2008.

BAYNES, Kenneth. **Deliberative democracy and public reason**. Veritas (Porto Alegre), v. 55, n. 1, 2010.

BOHMAN, James. **Public deliberation: Pluralism, complexity, and democracy**. MIT press, 2000.

BOND, Robert M. et al. **A 61-million-person experiment in social influence and political mobilization**. Nature, v. 489, n. 7415, p. 295-298, 2012.

BOSCHETTI, I. Implicações da Reforma da Previdência na Seguridade Social Brasileira. **Rev Psicologia e Sociedade**; 15, (1): 57-96: jan/jun, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019**. Modifica o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2196879>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BROWN, Mark B. **Expertise and deliberative democracy**. In: Deliberative democracy. Edinburgh University Press, 2014. p. 50.

BUCHANAN, J. M. **Public Choice: Politics Without Romance**. Indianapolis: Liberty Fund, 1999.

CHAMBERS, S. **Balancing epistemic quality and equal participation in a system approach to deliberative democracy.** Soc. Epistemol. 31(3):266–76, 2017.

COHEN, Joshua. **Deliberation and democratic legitimacy.** In: Debates in contemporary political philosophy. Routledge, 2005. p. 352-370.

COHEN, Joshua. **Philosophy, politics, democracy:** Selected essays. Harvard University Press, 2009.

COLEMAN, Stephen; MOSS, Giles. **Under construction:** The field of online deliberation research. Journal of information technology & politics, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2012.

DAVIES, Todd; CHANDLER, Reid. **Online deliberation design:** Choices, criteria, and evidence. arXiv preprint arXiv:1302.5177, 2013.

DRYZEK, John S. **Rhetoric in democracy:** A systemic appreciation. Political theory, v. 38, n. 3, p. 319-339, 2010.

_____, John S. **Legitimacy and economy in deliberative democracy.** Political theory, v. 29, n. 5, p. 651-669, 2001.

DRYZEK, John S. et al. **The crisis of democracy and the science of deliberation.** Science, v. 363, n. 6432, p. 1144-1146, 2019.

ESAU, Katharina; FLEUß, Dannica; NIENHAUS, Sarah-Michelle. **Different Arenas, Different Deliberative Quality?** Using a Systemic Framework to Evaluate Online Deliberation on Immigration Policy in Germany. Policy & Internet, 2020.

ELSTER, Jon. **Arguing and bargaining in the Federal Convention and the Assemblée Constituante.** Center for Study of Constitutionalism in Eastern Europe, School of Law, University of Chicago, 1991.

ELSTUB, Stephen. **The third generation of deliberative democracy.** Political studies review, v. 8, n. 3, p. 291-307, 2010.

FALCÃO, M. A.; NEIVA, L. J. F. **A economia política do tributo segundo a teoria do *public choice*:** análise do caso brasileiro para uma melhor compreensão do desenvolvimento político. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 7, n. 13, p. 237-258, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse:** textual analysis for social research. Londres: Routledge, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. Companhia das Letras, 2021.

FERREE, Myra Marx et al. **Shaping abortion discourse: Democracy and the public sphere in Germany and the United States.** Cambridge University Press, 2002.

FOURNIER-TOMBS, Eléonore. **DelibAnalysis: understanding online deliberation through automated discourse quality analysis and topic modeling.** 2018. Tese de Doutorado. University of Geneva.

FREEMAN, Samuel. **Deliberative democracy: A sympathetic comment.** *Philosophy & public affairs*, v. 29, n. 4, p. 371-418, 2000.

FRIBERG-FERNROS, Henrik; SCHAFFER, Johan Karlsson; HOLST, Cathrine. **Deliberation after consensus: introduction to the symposium.** *Journal of Deliberative Democracy*, v. 15, n. 1, 2020.

GARRY, John et al. **The perception of the legitimacy of Citizens' Assemblies in deeply divided places? Evidence of public and elite opinion from consociational Northern Ireland.** *Government and Opposition*, v. 57, n. 3, p. 532-551, 2022.

GIANNAKOS, D. B. da S. O princípio da eficiência e a *public choice*. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, Ano 3 (2017), nº 5, p. 573-596.

GILENS, Martin. **Affluence and influence: Economic inequality and political power in America.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2012.

GORMLEY, Steven. **Deliberation, unjust exclusion, and the rhetorical turn.** *Contemporary Political Theory*, v. 18, p. 202-226, 2019.

GÖBEL, Sascha. **Voting and Social Media-Based Political Participation.** 2020.

HABERMAS, Jurgen. **Between facts and norms: An author's reflections.** *Denv. UL Rev.*, v. 76, p. 937, 1998.

HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. **Further Reflections on the Public Sphere.** In: CALHOUN, Craig J. *Habermas and the public sphere.* MIT press, 1992.

_____, J. **Três modelos normativos de democracia.** *Lua nova*, v. 36, p. 39-53, 1995.

HAENSCHEN, Katherine. **Social pressure on social media: Using Facebook status updates to increase voter turnout.** *Journal of Communication*, v. 66, n. 4, 2016.

HALE, M.; MUSSO, J.; WEARE, C. **Developing digital democracy: evidence from Californian municipal web pages.** In: N. HAGUE, Barry; D. LOADER, Brian. *Digital Democracy: Discourse and Decision Making in the Information Age.* New York: Routledge, 2005.

HENDRIKS, Carolyn M.; DRYZEK, John S.; HUNOLD, Christian. **Turning up the heat: Partisanship in deliberative innovation.** *Political studies*, v. 55, n. 2, p. 362-383, 2007.

HOLZINGER, Katharina. **Bargaining through arguing: an empirical analysis based on speech act theory.** *Political Communication*, v. 21, n. 2, p. 195-222, 2004.

JARAMILLO, Maria Clara; STEINER, Jurg. **Deliberative Transformative Moments. A New Concept as Amendment to the Discourse Quality Index.** 2014.

KESTING, Norbert; REIBERG, Abel; HOCKS, Phillip. **Discourse quality in times of populism: an analysis of German parliamentary debates on immigration policy.** *Communication & Society*, v. 31, n. 3, p. 77-91, 2018.

KOELBLE, Thomas A. **The new institutionalism in political science and sociology.** 1995.

LANDWEHR, Claudia; HOLZINGER, Katharina. **Institutional determinants of deliberative interaction.** *European Political Science Review*, v. 2, n. 3, p. 373-400, 2010.

LASCHER, Edward L. **Assessing Legislative Deliberation: A Preface to Empirical Analysis.** *Legislative Studies Quarterly*, vol. 21, no. 4, 1996.

LEYDET, Dominique. **Partisan legislatures and democratic deliberation.** *Journal of Political Philosophy*, v. 23, n. 3, p. 235-260, 2015.

LIJPHART, Arend. **Patterns of Democracy.** Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries, New Haven, Conn.: Yale University Press, 1999.

LORD, Christopher; TAMVAKI, Dionysia. **The politics of justification? Applying the 'Discourse Quality Index' to the study of the European Parliament.** *European Political Science Review*, v. 5, n. 1, 2013.

MARTÍ, José Luis. **Pluralism and consensus in deliberative democracy.** *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, v. 20, n. 5, p. 556-579, 2017.

MAIA, Rousiley CM; LARANJEIRA, Marcela D.; MUNDIM, Pedro S. **The role of experts across two different arenas in a deliberative system.** *Journal of Deliberative Democracy*, v. 13, n. 1, 2017.

MAIA, Rousiley CM et al. **Which types of reason-giving and storytelling are good for deliberation? Assessing the discussion dynamics in legislative and citizen forums.** *European Political Science Review*, v. 12, n. 2, 2020.

_____, Rousiley et al. **Conversação e deliberação sobre questões sensíveis: um estudo sobre o uso das razões que circulam nos media.** *Galáxia (São Paulo)*, n. 34, p. 55-72, 2017.

MOCKLER, Patricia. **Measuring the inclusiveness of deliberation: structural inequality and the discourse quality index.** *Comparative European Politics*, v. 20, n. 1, p. 53-72, 2022.

MOTOS, Carlos Rico. **Deliberation in parliaments: a review of the empirical, rhetorical and systemic approaches.** *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, 2020.

MOUFFE, Chantal. **Deliberative democracy or agonistic pluralism**. Social research, p. 745-758, 1999.

NIESSEN, Christoph. **When citizen deliberation enters real politics**: how politicians and stakeholders envision the place of a deliberative mini-public in political decision-making. Policy Sciences, v. 52, n. 3, p. 481-503, 2019.

OZ, Mustafa; ZHENG, Pei; CHEN, Gina Masullo. **Twitter versus Facebook**: Comparing incivility, impoliteness, and deliberative attributes. New media & society, v. 20, n. 9, p. 3400-3419, 2018.

PARVIN, Phil. **Is deliberative democracy feasible?** Political disengagement and trust in liberal democratic states. The Monist, v. 98, n. 4, p. 407-423, 2015.

RAO, Vijayendra; SANYAL, Paromita. **Oral democracy**: Deliberation in Indian village assemblies. Cambridge University Press, 2018.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RAWLS, John. **Political Liberalism**, Columbia Univ. P., Nueva York, 1993.

RISSE, Thomas. **Let's argue!** Communicative Action in World Politics. International Organization 54: p. 1-39, 2000.

ROGER, Léa; SCHAAL, Gary S. **The Quality of Deliberation in Two Committees of the European Parliament**: The Neglected Influence of the Situational Context and the Policymaking Stage. Politics and Governance, v. 1, n. 2, 2013.

ROWE, Ian. **Deliberation 2.0**: Comparing the deliberative quality of online news user comments across platforms. Journal of broadcasting & electronic media, v. 59, n. 4, p. 539-555, 2015.

RYFE, D. S. **Narrative and deliberation in small group forums**. Journal of Applied Communication Research, p. 72-93, 2006.

_____. **The practice of deliberative democracy**: A study of 16 deliberative organizations. Political communication, v. 19, n. 3, p. 359-377, 2002.

SCHAFFER, Johan Karlsson. **The co-originality of human rights and democracy in an international order**. International Theory, v. 7, n. 1, p. 96-124, 2015.

SCHIMMELFENNIG, Frank. **The community trap**: Liberal norms, rhetorical action, and the eastern enlargement of the European Union. International organization, 2001.

SEARLE, John. **Speech acts: An essay in the philosophy of language**. Cambridge university press, 1969.

SILVA, M. A. da. **Análise crítica da proposta de reforma da previdência social no Brasil entre os anos 2016 e 2018**. Rev Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 135, p. 213-230, maio/ago. 2019.

SPÖRNDLI, Markus. **Discourse quality and political decisions**: an empirical analysis of debates in the German conference committee. WZB Discussion Paper, 2003.

STEFFENSMEIER, Timothy; SCHENCK-HAMLIN, William. **Argument quality in public deliberations**. Argumentation and advocacy, v. 45, n. 1, p. 21-36, 2008.

STEENBERGEN, Marco R. et al. **Measuring political deliberation**: A discourse quality index. *Comparative European Politics*, v. 1, n. 1, p. 21-48, 2003.

THOMPSON, Dennis F. **Deliberative democratic theory and empirical political science**. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, v. 11, p. 497-520, 2008.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 2011.

TRÉNEL, Matthias. **Measuring the deliberativeness of online discussions**. *Coding scheme*, v. 2, 2004.

VALERA-ORDAZ, Lidia. **Liberal individualist, communitarian, or deliberative?** Analyzing political discussion on Facebook based on three notions of democracy. *International journal of communication*, v. 13, p. 21, 2019.

VÖLKER, Teresa. **Deliberative Democracy in the Age of Social Media**. Democracia deliberativa na Era das Redes Sociais. *Revista Publicum*, v. 5, n. 2, p. 73-105, 2019.

WARREN, M. **Democracy and association**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2001.

WALTON, Douglas N. **Plausible argument in everyday conversation**. SUNY Press, 1992.

WOJCIECHOWSKA, Marta. **Completely theorized agreements**. A different reading of the consensus paradox hypotheses. *Journal of Deliberative Democracy*, 2020.